

Discurso, imagem e cultura: a representação do protocolo de Kyoto

Cristina Pontes Bonfiglioli

Resumo

Este ensaio pretende levantar alguns aspectos da relação entre discurso e imagem tendo como referência a análise da representação discursiva e imagética do Protocolo de Kyoto. Questões epistemológicas sobre produção e efeitos de significação e de sentido relativas à divulgação do discurso ecológico e de imagens a ele vinculadas sugerem que há uma complexa interação entre o imaginário cultural calcado no ideário do projeto moderno, base do discurso ecológico, e a sedução pela imagem fotográfica que o representa, criando agenciamentos comunicativos paradoxais, o que nos leva a crer que a desconexão entre discurso e imagem se deva a modos de operação distintos relativos às especificidades inerentes à linguagem-discurso e à imagem-código.

Palavras-chave

Imagem fotográfica, produção de sentido, discurso ecológico

Abstract

This essay intends to present some aspects of the relation between discourse and image taking into consideration the analysis of their use to represent the Kyoto Protocol. Epistemological questions about the production and the effects of significance and meaning, related to the publicizing of ecological speech and of images related to it, suggest that there is a complex interaction between cultural imaginary shaped by the ideas of the modern project, which is base of the ecological discourse, and the seducement of the photographic image that represents it. This interaction create paradoxes in communicative negotiations, which we defend as a disconnection between discourse and image due to the distinctive operation inherent to the specificities of the language-discourse relations on one side and to the image-code relations on the other.

Key words:

Photographic image, production of meaning, ecological discourse

Gato & Gata, Tira de Laerte, FSP/1991

Gato (caminha agitado, leva mãos à cabeça): “O comunismo acabou...e daí? Aonde foi parar a luta contra a miséria? Aonde foi parar a luta contra a opressão? A luta por liberdade?”

Gata (calmamente, em frente ao computador): “Foi tudo reprogramado prá ‘ecologia’.”

Abordar a temática ambiental a partir de sua divulgação pela mídia precisa considerar dois aspectos importantes do processo de mediação - a natureza lingüística das relações de poder, que inclui o processo histórico de estabelecimento da ecologia como uma prática discursiva cientificamente embasada (FOUCAULT, 2000 e LYOTARD, 2002), e a natureza imagética dos meios de comunicação no século 21.

Os saberes (FOUCAULT, 2000) que estabeleceram a *ecologia* como ciência (relações entre seres vivos e seu meio ambiente) e como política (a criação de leis, tratados e acordos e a reivindicação da ratificação internacional de alguns deles, sob a alegação da necessidade de se “garantir um futuro ecologicamente saudável para as gerações futuras”) estruturam-se lingüisticamente, isto é, organizam-se discursivamente. Sendo assim, compreendem acontecimentos, fatos e conceitos que se deslocam no tempo e na própria prática discursiva, propondo campos de saber tão diversos como os que, hoje, chamamos de Ecologia, Ecologia Política, Justiça Ambiental, Biologia da Conservação, Direito Ambiental, Ambientalismo, Desenvolvimento Sustentável.

Apesar de a idéia da manutenção¹ da vida no planeta ser algo relevante, estando em re-

lação direta com a ação do homem sobre o meio natural, e remontar períodos históricos anteriores² aos da pós-modernidade³, foi apenas recentemente que uma série de sistemas de pensamento levou ao desenvolvimento de práticas discursivas que constituíram essa preocupação com o ambiente natural como a manutenção de um tipo de saúde, – a “saúde ambiental” –, e de um tipo de equilíbrio, ajustamento, adaptação, – o “equilíbrio ecológico” –, dos quais se depreende que a existência da espécie humana é dependente.

Estabelecidos como “verdades”, esses sistemas de pensamento tornam legítimo a implementação e o desenvolvimento de interdições no campo jurídico, no campo da atuação política e da vida cotidiana contemporânea.

O nascimento⁴ dessa preocupação com a relação homem-natureza transforma o espaço natural em discurso político, e afirma o desejo de se garantir a permanência de um conjunto de condições gerais físicas, químicas, biológicas, políticas, sociais e econômicas necessárias à sobrevivência humana. O desenvolvimento dessa preocupação marca, além disso, a adesão praticamente incondicional a uma forma de protesto generalizado contra processos degenerativos (guerras, poluição, desigualdade social e econômica, sigilo de informações) do sistema político-econômico dominante no período da Guerra Fria (1947-1991). Quando, enfim, o discurso pela “proteção” da natureza surge, mais notoriamente na década de 60, possui características do lirismo e do romantismo, típicas dos movimentos sociais de contracultura, em especial o movimento pacifista hippie.

É nos Estados Unidos que Rachel Carson⁵ inicia uma “revolução verde” contra a Revolução Verde do agronegócio, cuja expansão, iniciada no pós-II Guerra Mundial, levou à

¹ Devido à controvérsia, optamos, aqui, por usar o termo manutenção, ao invés de conservação ou preservação, que são conceitos modernos bastante específicos. A idéia desses conceitos é distinguir a utilização dos recursos naturais, a partir da criação de áreas protegidas por lei nos Estados Unidos: Yellowstone (1872), Adirondacks (1885) e Yosemite (1890) (NASH, 1989). Tais espaços naturais foram “conservados” dos processos de ocupação humana, voltados para a indústria e comércio. O intuito era o de atender às demandas de lazer da população e de conservação de fontes de água, marcas do viés utilitarista que dominava a noção de proteção da natureza. Entretanto, há, hoje, a criação de espaços totalmente protegidos, em que nenhuma atividade de lazer é permitida, de maneira a evitar qualquer distúrbio ao meio natural. Essas unidades são denominadas áreas de preservação, ao invés de áreas de conservação, porque, nestas últimas, o uso para lazer é permitido. Alguns especialistas, porém, defendem que essa distinção caiu em desuso, já que o isolamento idealizado das áreas de preservação é totalmente imaginário, e a fiscalização para mantê-las isoladas, comprovadamente ineficaz.

²ACOT (1990, p. 2) remete à “História dos animais” (Aristote, *Histoire des animaux*, I, 1, Paris, *Les Belles Lettres Denöel*.) como o ápice da obra “ecológica” de Aristóteles, que deveria configurar apenas como uma, entre outras possibilidades, – por exemplo, Teofrasto e Plínio, o Velho –, de se reunir, na Antiguidade, os precursores da ecologia. O pensamento grego e, em especial,, Aristóteles e sua “História dos animais” trazem vestígios de uma maneira de pensar a natureza ou o ambiente natural ou reconhecer nos seres vivos, e, portanto, em seus corpos, uma característica comum. No caso, uma base orgânica cuja manutenção é fundada na co-dependência, na inter-relação factual dos ciclos de matéria e energia que mantém a vida biológica. Esse fundamento ecológico também aparece na biopolítica foucaultiana.

³A noção de pós-modernidade de HARVEY (1992) assemelha-se à noção de modernidade de BERMAN (1986). No entanto, para Harvey, o modernismo (ou modernidade) estaria mais comprometido com o processo racionalista iniciado no século XVIII - o ideário iluminista, portanto. Sua noção de pós-moderno é justamente a de um movimento de ruptura com essa forma de pensar o homem, a sociedade e a cultura. Por isso, optamos por usar o termo pós-modernidade em oposição à noção clássica de modernidade relativa ao projeto moderno iluminista.

introdução do uso de agrotóxicos, e de várias outras substâncias químicas tóxicas, como estratégia e tática de guerra na Coréia e no Vietnã.

Fundamentada em descobertas de pesquisa que revelavam os impactos das atividades agrícolas nos ecossistemas, Carson convoca os demais cientistas dos Estados Unidos a se posicionarem. Para GOLLEY (1993), o discurso de Carson reflete o aumento de conflitos dentro da sociedade americana, o que não permitia mais que os ecólogos continuassem escondidos em suas “torres de marfim”:

(...) Rachel Carson iniciou o movimento ambientalista com seu livro sobre os efeitos dos pesticidas e os ecólogos foram solicitados a testemunhar de ambos os lados do debate que se seguiu. (...) O uso de pesticidas pelos seres humanos perturbou de maneira fundamental a ordem natural do mundo. O assunto passou a ser uma questão moral. O ecossistema, e às vezes, “a ecologia” estavam sendo perturbados e os homens estavam em perigo por destruir um sistema do qual dependiam. (GOLLEY, 1993, p. 3).

Constituído em base científica, o discurso ecológico perde seu viés eminentemente romântico e afirma características peculiares a um mundo culturalmente dominado pelo urbano e caucasiano, vinculado aos valores éticos e morais protestantes (WEBER, 2004), mas, principalmente, marcado pelo racionalismo instrumental advindo do Iluminismo: o domínio científico da Natureza.

Tal crença no poder da Ciência prometia “liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais” (HARVEY, 1992, p. 23). Entretanto, qualquer leitura superficial dos noticiários tele-

visivos e do jornalismo impresso, ou virtual, mostra, claramente, o fracasso dessa empreitada filosófica. De enchentes em rios e córregos paulistanos, passando pelos vendavais e tufões em Santa Catarina, ‘línguas negras’ no Rio de Janeiro, até terremotos no Oriente Médio e *tsunamis* na Ásia, a crença na onipotência tecno-científica não foi apenas colocada à prova, mas evidenciada, também no campo da ecologia, como mais um mito do racionalismo moderno.

A partir da década de 70, a vulgarização de conceitos e noções da temática ambiental junto ao público é ampliada, graças à crescente evolução tecnológica dos meios de comunicação. Cada vez mais, discursos relativos à defesa do ambiente natural e à garantia de qualidade de vida urbana, até então restritos aos seus lugares oficiais (ciência e governos), começam a adentrar o espaço simbólico do senso comum, gerando novos nós de significação e sentido e adquirindo relevância frente aos demais discursos contraculturais do mesmo período:

Quanto à ecologia, esta se apresentou, inicialmente, tanto como uma disciplina científica especializada nos estudos de ecossistemas naturais, quanto como um fenômeno marginal, cuja sensibilidade tinha como eixo a natureza, a defesa do meio ambiente e das espécies vivas ameaçadas de extinção. Durante muito tempo, este fenômeno foi sentido entre a classe política como regressivo, reduzindo-se a um “retorno à natureza” em detrimento dos problemas humanos. Aliás, a ecologia só deixou de ser assunto de alguns poucos círculos a partir do momento em que as agressões ao meio ambiente, como a poluição atmosférica, a destruição das florestas, a ameaça à camada de ozônio, os acidentes nucleares, apareceram para

a opinião pública como importantes atentados à sobrevivência da humanidade. Nos anos 80, uma reviravolta nas mídias de massa, já então sensibilizadas por estas questões, contribuiu para o aumento do público dos movimentos de ecologia política. (GUATTARI, 2000, p. 15)

A década de 80 vê a relação de dependência que o Homem tem com a Natureza ser apresentada e significada como uma relação teleológica, de causa-efeito, muito vinculada aos meios pelos quais a sociedade industrial busca atingir seus fins de preservação do sistema capitalista de produção e consumo. Essa relação-explicação é ainda buscada e testada, mesmo que apenas pelo senso comum, toda vez que um fenômeno natural mais violento, como o *tsunami* de 2004, é transformado em notícia pelos meios de comunicação.

A organização do Clube de Roma (1968), da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente em Estocolmo (1972) e do Relatório “Nosso Futuro Comum” - Comissão Brundtland (1987) dão início a um processo de agenciamento discursivo onde reina a burocracia das negociações ao redor de textos que operam o que é politicamente e economicamente viável, aceitável e executável, tentando levar em consideração as demandas do discurso ecológico “original”. Em espaços considerados públicos e transnacionais, o discurso ecológico transformado em prática discursiva burocratizada, apresenta-se como uma nova *Biopolítica* (FOUCAULT, 2002), que, girando em torno de si mesma, alcança todo o planeta com o auxílio da mídia.

(...) Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas, estatísticas, de medições

globais; (...) trata-se, sobretudo, de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados, em suma, a maximizar forças e extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. (...) Trata-se de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 2002, p. 293-294)

Baseando-se na tradição racionalista da tecno-ciência moderna, os processos de regulamentação biopolítica, expressos nos textos dos diversos documentos científicos que circulam na mídia, sejam de pesquisadores, sejam da ONU. Essa fragmentação estabelece novos “aparelhos” ou “sistemas” de produção de formações discursivas sobre o discurso ecológico “original”, reunidas, então, como *temática da sustentabilidade*. O aparelho midiático interfere na estruturação e organização dessa temática, na medida em que legitima os diferentes grupos de subjetividades que as enunciam: entidades ambientalistas, setores legislativos e jurídicos do governo, agências ambientais, entidades do setor privado, cientistas e tecnólogos. Esses grupos produtores de subjetividades mobilizam a *grande narrativa da sustentabilidade*, [re]organizando-a e a [re]significando, em

⁴ *Elementos do discurso ecológico na pós-modernidade podem ser encontrados em diversas obras desde o século XVIII, como em Malthus (Essay on Population, 1798) e em Thoureau (Walden, 1854), mas, especialmente, na obra de Georges Perkins Marsh, naturalista britânico. Em 1864, Marsh publicou Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action. De acordo com DORST (1973), essa obra é considerada por muitos filósofos e historiadores da ciência “um clássico no que se refere ao problema da influência do homem no mundo e na harmonia que deve existir entre ele e seu habitat. (...) Os conceitos que devem presidir à conservação da natureza no mundo moderno foram todos expostos nessa obra fundamental.” (DORST, 1973, p. 91)*

⁵ *CARSON, Rachel. (1962). Primavera silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1969. Organizado em 1962, dois anos antes da morte da autora, o livro foca especificamente as consequências desastrosas do uso descontrolado de DDT, e de outros pesticidas organoclorados, na agricultura norte-americana, o que levou à redução drástica de espécies animais – principalmente aves, anfíbios e pequenos mamíferos – em diversas áreas do país, mas especialmente na região ao redor dos Grandes Lagos. Parte do livro fora, antes, publicado como uma série de artigos na revista New Yorker.*

⁶ EAGLETON, Terry. *The illusions of postmodernism*. London: Blackwell, 1987.

⁷ Entendida, aqui, como o conjunto de processos técnicos, artísticos e políticos que agenciam e intermedeiam relações de comunicação entre os diversos sistemas de informação que movem ou mobilizam os diferentes grupos de subjetividades, promovendo assim, a intersubjetividade.

⁸ VIOLA e LEIS (1992) organizam o conjunto de sistemas discursivos descontínuos (COUTINHO, 2002) como tendências mundiais do ecologismo, assumindo que a temática da sustentabilidade é multissetorial: "(...) o campo denotado pela expressão ecologismo, é vasto e complexo, e compreende: (1) associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecologista *stricto sensu*; (2) setores ecologistas da comunidade científica presentes hoje nas universidades e institutos de pesquisa; (3) indivíduos coletivos, formadores de opinião, que têm uma orientação ecologizante; (4) partidos verdes; (5) pequenos e médios empresários que incorporaram a dimensão ecológica na sua racionalidade microeconômica; (6) grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano; (7) a comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para o meio ambiente; (8) movimentos sociais que não se identificam como movimentos ecológicos, mas que têm orientações valorativas e práticas ecologizadas; (9) setores minoritários-ecologizados de macroestruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicatos e outros),

vista de processos de subjetivação econômicos e políticos, estabelecendo oposições que “ao contrário de um eterno debate filosófico, expressam a constituição de sistemas discursivos descontínuos e muito diferentes, sob contextos sociais específicos.” (COUTINHO, 2002).

Assim, fragmentada em seu regime, ao mesmo tempo de operador e operado, a temática da sustentabilidade orquestra e expressa uma “gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem”, como diz Eagleton⁶ (1987, apud Harvey, 1992, p. 19) ao referir-se ao pós-modernismo. Orientada por, mas, também, orientando sistemas burocráticos, científicos e políticos, a noção da sustentabilidade é mantida por um conjunto complexo de elementos significantes que giram/circulam na indústria cultural⁷. É por esse viés que entendemos as tipologias sugeridas por Viola e Leis (1992)⁸ e por Castells (2002): trata-se de sistemas de formações discursivas sobre a temática da sustentabilidade, disputando a centralidade simbólica do discurso ecológico, que, ao contrário do amplo movimento cultural que o originou, ainda não “renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo” (LAYRARGUES, 2000).

Tais considerações nos levam a concordar com GUATTARI (1990) quando afirma que:

O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc. (GUATTARI, p. 31).

Sob esse ponto de vista, pode ser relevante avaliar, porque, há cerca de 30 anos, no contexto do Brasil que vivia o auge do período da política de substituição de importações realizada pelo II PND (LAYRARGUES, 1998), a imagem de uma árvore tombando na Floresta Amazônica estava relacionada às idéias de desenvolvimento, progresso, riqueza. A mesma imagem, hoje, é interpretada de maneira completamente diferente e traz consigo uma significação bastante negativada, ou, pelo menos, não reflete uma interpretação tão unânime quanto à daquela época.

Com o auxílio da mídia, os diversos “tipos” de discurso sobre a sustentabilidade acabam sendo transformados em recortes, ou narrativas⁹, cujo embate reflete disputas de poder por diferentes grupos de subjetividades que, ao promover agenciamentos sociais e políticos, visam a manutenção do sistema produtivo hegemônico.

Assim, para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos (GUATTARI, 1990, pg. 12).

Inserida numa conjuntura midiática, a percepção pública sobre acontecimentos denominados *ambientais* é um resultado complexo de interações que envolvem aspectos diversos dos meios de comunicação. O fato de que a construção da informação e da significação

dá-se a partir da mediação pela linguagem é apenas um deles. A maneira como a mídia reúne e opera discursos e imagens sobre a temática da sustentabilidade, - ou, mais genericamente, o *discurso ecológico* -, evidencia isso.

A imagem fotográfica - o olhar sobre Kyoto

Experimentar o pós-moderno é dividir, de uma só vez, uma relação espaço-temporal do aqui e agora, tecnológico e concreto, e a *magia* – a existência do eterno retorno (FLUSSER, 1985) – mobilizada pelo universo imagético.

A relação espaço-temporal constitui-se histórica e discursivamente. A relação com a magia – o universo imagético – é atemporal nesse aspecto. O eterno retorno a que Flusser se refere é o período de observação das superfícies imagéticas (i.e., o tempo que se perde observando uma fotografia). É um recorte diacrônico na sincronidade imagística. Da mesma forma faz o *clique* do fotógrafo: o recorte sincrônico do processo, transforma-o em cena (*idem*).

BARTHES (2005)¹⁰ enfatiza que, do ponto de vista das interações humanas, a era da imagem técnica¹¹ reflete o primado da subjetividade. Afinal, a visão é “*uma ação imanente que só tem efeito sobre aquele que vê*” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001).

A subjetividade referida é condição, portanto, da vida material em dois níveis – o biológico (a visão como órgão do sentido) e o cultural (a significação e o sentido gerados a partir da profusão mercantil de imagens técnicas). Ambos apontam para uma outra imanência característica da existência humana: uma tendência cada vez maior ao ensimesmamento, à atitude *blasé*¹², ao solipcismo. A era da imagem técnica amplifica e amplia essa percepção.

Na definição de FLUSSER (1985), “*ima-*

gens são superfícies que pretendem representar algo”, reduzindo à dimensão do plano as quatro dimensões espaço-temporais. A proposta deste trabalho é olhar um grupo de *superfícies* apontadas como imagens fotográficas que representam o Protocolo de Kyoto¹³ e tentar pensar algumas relações a partir de questões simples, tais como:

- a) há sempre um texto que advém/emana do discurso ecológico e que acaba por orientar a produção dessas imagens?
- b) de que maneira as imagens sobre o Protocolo de Kyoto o representam? As imagens que o representam operam tal representação no nível discursivo? Como isso ocorre?
- c) a imagem é suficiente para operar as possibilidades de significação e sentido geradas pelo discurso ecológico?
- d) de que maneira nosso referencial teórico e nosso repertório de imagens interferem na leitura/interpretação/percepção de tais imagens?

Com base no material selecionado¹⁴, é possível afirmar que a veiculação de imagens sobre o Protocolo de Kyoto aparece em três formatos diferentes: fotografias, gráficos¹⁵ e desenhos¹⁶. Iremos nos ater à discussão relativa às imagens fotográficas.

Convencionou-se definir que as imagens fotográficas nos meios noticiosos são resultado do fotojornalismo – como maneira de se diferenciá-las das fotografias eminentemente artísticas ou produzidas com tal intuito. Tal discernimento baseia-se na crença da neutralidade do repórter-fotográfico, tal qual do jornalista do texto, outro mito do jornalismo moderno, que se baseia numa transposição do mito da neutralidade científica para a prática jornalística.

associações empresariais e organizações religiosas; (10) camponeses cujo modo de produção leva em consideração a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional, seja por um processo de aprendizado recente.”
(VIOLA e LEIS, 1992, p. 24)

⁹ O tsunami asiático de 2004 e o furacão Katrina de 2005 são exemplos clássicos do espocar, nos meios de comunicação e, conseqüentemente, na vida cotidiana urbana, de narrativas sobre a fragilidade da relação [de dependência] Homem-Natureza.

¹⁰ Barthes afirma que “a vida é feita, assim, de pequenas solidões”, quando conclui que somente ele via, numa fotografia do irmão mais novo de Napoleão, “os olhos que viram o imperador”. A subjetividade marca intensamente toda e qualquer leitura ou interpretação ou scanning, como sugere FLUSSER (1985), que se possa fazer de uma imagem técnica.

¹¹ Imagem técnica, aqui, entendida como a imagem gerada por aparelho técnico/tecnológico que possua lentes ou não (fotografia, microscópio eletrônico, cinema, celular, radiografia, ultra-sonografia etc.). Para as Artes, em geral, o desenho, a gravura e a pintura já produzem imagens técnicas, pois utilizam instrumentos e procedimentos específicos para os quais é preciso aprendizado e prática.

¹² “A essência da atitude blasé consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas, antes, que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa blasé num tom uniformemente plano e tosco; objeto algum merece preferência sobre outro.” (SIMMEL, 1967, p. 18)

¹³ As imagens estudadas são associadas ao Protocolo pelo próprio veículo de comunicação (jornal, revista ou informativo de ONG) e foram obtidas e selecionadas a partir da Internet, pelo uso dos mecanismos de busca Google e Google Images. O Google (Google, Mountain View, CA, www.google.com) é o maior mecanismo de busca da Rede. Lançada em 1999, a indexação de páginas da internet pelo Google chegou a mais de oito bilhões de documentos em 2005 - a contagem atualizada está sempre visível no pé da página principal do Google. O nome Google foi escolhido para representar a gigantesca quantidade de material disponível na Internet. O termo vem da palavra “googol” que representa o número 1 seguido por 100 zeros. O nome Google também é utilizado como verbo, em inglês: “to Google something” significa pesquisar algo na Internet utilizando-se do Google.

A produção de significação e sentido teria dois momentos, portanto: o do ato fotográfico e o da leitura da imagem. No que tange a representação fotográfica do Protocolo de Kyoto, o mesmo tipo de constatação é possível.

O fotojornalismo sobre Kyoto utiliza imagens fotográficas de dois tipos: imagens geradas por satélite e imagens produzidas por fotojornalistas. As imagens de satélite utilizadas para representar o Protocolo de Kyoto são, em sua maioria, da NASA. Elas mostram as regiões polares, em especial áreas de estudo sobre o degelo. Logo, é freqüente o uso de imagens que apontam para temporalidades distintas (um antes e um depois) com o intuito de comprovar as modificações das calotas polares face ao aquecimento global.

No caso do fotojornalismo, pode-se pensar que o fotógrafo intencionalmente constrói representações, compondo a imagem com elementos específicos. No caso da imagem por satélite, a representação da questão “Protocolo de Kyoto” parece ser menos “construída”, uma vez que se trata de máquina informacional complexa e potente, deliberadamente programada para *cliquear* eventos terrestres – um automatismo inúmeras vezes identificado/comparado ao automatismo tanto do fotojornalista, quanto dos fotógrafos amadores (SONTAG, 2004 e FLUSSER, 1985).

A construção da representação sobre Kyoto, no caso das imagens de satélite, se dará no momento de seu uso pelo meio de comunicação. A impressão que se tem, num primeiro momento, é de que o processo de inclusão de elementos potenciais, tanto para a significação quanto para o sentido, seja mais longo (referindo-se a uma temporalidade anterior à que gira ao redor da observação da imagem pronta, impressa), ou potencialmente mais complexo, ou mais carregado de inten-

cionalidade (e daí, portanto, menos maquínico, menos automatizado, mais “consciente”) na fotografia feita pelo fotógrafo do que na fotografia feita pelo satélite.

As imagens fotográficas geradas por fotojornalismo são utilizadas por diversos meios nacionais e internacionais (*websites* de jornais, portais de Internet, versões *online* de noticiosos, versões virtuais de jornais impressos, *websites* de ONGs ambientalistas) para se referir diretamente ao Protocolo ou ao seu processo de negociação. Porém, as imagens de satélite estão quase sempre vinculadas a informações puramente científicas e, de modo geral, aparecem com mais freqüência nas seções de Ciência desses mesmos meios. Parece que há um “consenso” na direção de corroborar que a imagem “eminente” desumanizada é mais apta a ser portadora de um valor de verdade científica do que a imagem fotojornalística, cuja imprecisão, como veremos a seguir, aproxima-a mais de um exercício artístico que de uma fotodocumentação.

A fotografia por satélite, além de representar diretamente um discurso científico (aquele que possibilita a própria execução de tal fotografia), parece ser “neutra” em termos de intencionalidade de significação e sentido. A imagem de satélite precisa ser, sempre, interpretada cientificamente (lugar da significação), antes de ser interpretada sensorialmente (possibilidade do sentido). Ademais, sem um texto explicativo que a identifique e a relacione com o discurso ecológico motor do Protocolo de Kyoto, sua decodificação não passa de um conjunto de associações genéricas com significados como “gelo”, “Antártica”, “Ártico”.

O fotojornalismo, por sua vez, imbuído de sua suposta “neutralidade”, tenta representar

o principal elemento constitutivo do discurso científico que institucionaliza Kyoto: o dióxido de carbono, referente evidenciado pela maioria das fotografias.

Essa representação de Kyoto pelo seu “referente essencial” se dá pelo uso de imagens de emissão de fumaça/poluição, como chaminés, escapamento de carros, imagens de trânsito ou engarrafamentos. É curioso notar que muitas dessas imagens trazem equívocos, como as que mostram torres de plantas geradoras de energia nuclear, que não emite CO₂ ou qualquer gás estufa (metano, óxido nitroso). As enormes nuvens brancas liberadas são formadas por vapor d’água. Do ponto de vista do Protocolo de Kyoto, uma usina nuclear produz energia “limpa” quando comparada às demais termelétricas a carvão, a óleo e a gás. É possível que a significação negativa, - a relação direta entre energia nuclear e seus efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente desse tipo de torre -, justifique seu uso para representar o Protocolo de Kyoto, apesar do equívoco científico envolvido.

As fotografias, ainda, parecem repetir certa maneira de olhar e pensar a representação de Kyoto. Um primeiro grupo de imagens fotográficas parece representar, sistematicamente, a “causa” do Protocolo, ou seja, refere-se ao aumento das emissões antrópicas do dióxido de carbono, responsável pela aceleração do aquecimento do planeta (o *Efeito Estufa*, propriamente dito). São fotografias que mostram engarrafamentos e chaminés, às quais denominamos **Série “Tubos”**.

Um segundo grupo de fotografias, denominado **Série “Branca”**, remete aos “efeitos” do aquecimento global, como degelo dos pólos, dos glaciares e da neve permanente de cumes de montanhas, aumento do nível do mar, impacto do degelo sobre a vida selva-

gem nos pólos, impacto do aquecimento sobre o solo e a água doce ou na distribuição e aparência das florestas e outras formações vegetais.

Outras imagens, ainda, remetem às “soluções”, ou seja, às fontes renováveis de energia - eólica, biomassa, solar. Entretanto, parece haver uma opção pelo registro das *windfarms* (fazendas eólicas), possivelmente pelo efeito estético das hélices gigantes, especialmente ao pôr-do-sol, a que denominamos **Série “Girassóis”**.

O fotojornalismo sobre Kyoto também representa o Protocolo por formatos mais convencionais, por meio de elementos que tradicionalmente são utilizados para remeter a processos políticos em geral, como utilização de fotos de líderes ou políticos-chave para o processo de negociação, em especial Bush e Putin, ou de líderes agrupados ao redor de mesas durante as Conferências das Partes organizadas pela ONU, proferindo discursos ou cumprimentando-se.

Imagens diferentes desses “padrões” – tanto das “Séries” como do uso de formatos convencionais de representação pela fotografia, exposto no parágrafo anterior – são raras. Há imagens fotográficas que poderiam, por outro lado, representar qualquer outro processo de negociação relativo à questão ambiental ou a qualquer outro processo político e que, no entanto, são vinculadas a Kyoto pelo meio de comunicação.

Imagem e discurso: significações possíveis, sentidos imprevisíveis

Do ponto de vista sociológico e antropológico, autores como BERGER (1999), SONTAG (2004) e MACHADO (1984), afirmam que a percepção de imagens fotográficas, qualquer que tenha sido o processo que motivou sua

¹⁴ A maioria das imagens concentra-se no período de 2000 a 2005 por englobar fatos importantes nas negociações e disputas de interesses políticos e econômicos em relação ao Protocolo de Kyoto. É nesse recorte diacrônico que se insere a saída dos Estados Unidos do processo de negociação, em 2000, e a ratificação do Protocolo pela Rússia, em 2004, o que garantiu sua entrada em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

¹⁵ São barras, histogramas, curvas, setores. Sempre complexos, com arte rebuscada, os gráficos ilustram, traduzem ou compilam as informações científicas a respeito do tema. Aparecem em documentos e websites da ONU sobre o Protocolo de Kyoto, em revistas (nacionais e internacionais) de divulgação científica ou revistas semanais, e em jornais, nas seções de Ciência, ou mesmo em websites de ONGS ambientalistas.

¹⁶ Trata-se de esquemas e caricaturas. As caricaturas satirizam aspectos polêmicos do processo de negociação e são extremamente ricas em significações e sentido, obviamente por seus elementos cômicos. Já os esquemas representam processos químicos e físicos do efeito estufa, evidenciando os aspectos científicos de Kyoto. Buscam, também, simplificar a complexidade do tema, traduzindo-a em uma imagem que procura conter o resumo da problemática tecnológica do Protocolo.

¹⁷ Tanto o tsunami de dezembro de 2004, quanto o furacão Katrina, em agosto de 2005, são exemplos de fenômenos naturais registrados e relatados como catástrofes ambientais, mobilizando redes de comunicação do mundo todo, devido à demonstração da força da Natureza, à condição indefesa das vítimas, ao alto número de mortos e por se tratar de pontos turísticos internacionais. Pela primeira vez, na história da participação do Brasil no Protocolo de Kyoto, a imprensa brasileira estabeleceu relações diretas entre um fenômeno natural, - a violência de um furacão -, e sua possível causa, - o fenômeno das mudanças climáticas -, devido à aceleração do aquecimento do planeta. Nesses casos, entretanto, o que mobiliza significantes, significações e sentidos é a marca do dano psicológico e econômico, registrado em todas as imagens de ambos os acontecimentos. Apesar de existirem imagens dos fenômenos naturais, - tanto do tsunami invadindo praias e hotéis, como das ruas sob forte chuva e ventos -, o que fica de fato documentado não é o fenômeno, mas o resultado dele, o dano. Este é mais duradouro, e, ao congelamento de tempo de cada imagem, corresponde o esforço da superação do dano, cuja temporalidade é mais estendida. Nesses dois casos, as mídias ressuscitaram, mais diretamente, o dano a cada nova imagem publicada do que a relação do mesmo com o discurso ecológico do Protocolo de Kyoto.

produção, é carregada da intencionalidade do fotógrafo. Desde o recorte da cena até a opção inconsciente por elementos na composição simbólica que remetam a arquétipos pictóricos iconográficos, como a “tradicional” foto da mulher sobre o corpo morto da criança ou do jovem, interpretada como remissão à *Pietà* (Michelangelo, 1499) ou ao *Cristo Morto* (Mantegna, 1490).

Mais que a remissão a conjuntos estereotipados de significantes ou símbolos, é a noção do *dano* que primeiro reconhecemos, sem precisar de grandes elucubrações filosóficas ou semióticas. A única imagem capaz de dizer-se sem que sejam necessárias legendas ou sem que a própria imagem seja usada como reles ilustração (típica da máxima “uma imagem diz mais que mil palavras”) é a que traz claramente o registro iconográfico do *dano*.

Narrativas ambientais, em que a noção de tragédia é transmitida pela evidência de significantes identificados genericamente como dor, sofrimento, perda¹⁷ são mais facilmente significadas e dão a sensação de que o entendimento da imagem é imediato, como se o observador estivesse vivenciando o fato, como se seu olho fosse o olho do fotógrafo, a lente da câmera. Daí a força documental de tais fotos, no mais convencional estilo “o que os olhos vêem, o coração sente”.

As imagens comunicam pelas emoções que mobilizam no observador, certamente. Daí o peso social e psicológico do realismo no fotojornalismo. Assim, não é o tema que comove, mas a qualidade da imagem em apresentar uma noção convencional de *dano*, noção esta geralmente relacionada ao significante da ima-

gem, não ao seu significado ou referente direto. A compreensão da imagem é dada, por assim dizer, pela leitura ou interpretação que se faz desse significante. Por isso, as imagens de catástrofes naturais nos comovem, nos fascinam tanto.

Há, pelo menos, três grupos de elementos que parecem operar a representação por imagens fotográficas sobre o Protocolo de Kyoto:

- a) os referentes do discurso científico que sustenta a idéia do Protocolo;
- b) o processo de produção de fotografias (fotojornalismo ou satélite);
- c) os referenciais discursivos e o repertório imagético das subjetividades que observam as fotos.

O valor de verdade do discurso ecológico é dado pelo seu vetor científico; o valor de democracia (direito de acesso às informações “ecológicas”) é dado pelo seu vetor midiático. Em ambos os casos, o discurso ecológico organiza-se em aparelhos ou sistemas de agenciamentos de subjetividades - político, científico, industrial -, sendo apropriado por cada um deles.

FLUSSER (1985) lembra que a pré-história, tal qual nossa pós-modernidade, foi um período em que a humanidade vivenciou a supremacia da imagem. A representação de animais e atividades humanas nas paredes das cavernas tinha um papel mágico de organizar o conhecimento mitológico do homem pré-histórico.

A problematização de Flusser engloba, nesse aspecto, duas questões centrais: a superação do mágico pelo advento da escrita, ou melhor, a tentativa de subverter o mágico que o desenvolvimento da escrita empreende, marcando o surgimento da História; e o retorno a esse mágico que o

advento da imagem técnica propicia, em meados do século 19.

Flusser defende uma relação intrínseca entre texto e imagem, em que um surge como forma de superação do outro, mas que, ao mesmo tempo, um está contido no outro: uma vinculação originária e imanente, portanto.

Tanto a escrita como a imagem técnica relacionam-se no sentido de serem maneiras de fazer o pensamento fluir, mover-se imagetivamente. O advento da técnica intensificou essa capacidade de pensar e de organizar o pensamento por meio de imagens, evidenciando novas formas do olhar do homem sobre o cotidiano pós-moderno, apresentando-se e representando-se nele, agora por imagens que podem ser materializadas no papel ou em *pixels*.

Na visão de Flusser, que não deixa de ter elementos McLuhanianos, a função da imagem é reproduzir nossa sujeição aos aparelhos técnicos que nos circundam, todos “aparelhos para olhar”. Imagem não teria assim, uma função “social”. Ela reproduz um sistema, uma operação. Olhar a função social da imagem é ainda estar observando apenas as superfícies das imagens e não entendê-las como um mosaico complexo de um conjunto de aparelhos cujas operações se inter cruzam e interconectam.

As imagens nos mantêm unidos, independentemente de sua temática. Crer na função social é crer num mito maior – o da manipulação pelas ideologias, quando, na verdade, somos “manipulados” pelas operações maquinicas: a câmera, extensão de meu olho; o teclado do computador extensão de meus dedos; a Internet, extensão de meu espaço simbólico e imaginário.

Há dois aspectos da relação texto-imagem que consideramos, assim, relevantes:

À medida que a reprodutibilidade técnica dos temas ambientais aumenta, o tema deixa de se constituir num discurso de esquerda

a) à ordem lingüística/simbólica (o discurso ecológico) corresponde uma lógica histórica/temporal;

b) à ordem extralingüística/imaginária (ou ordem/lógica das fotografias sobre Kyoto) corresponde a lógica dos aparelhos/do código imagístico, que é atemporal.

À medida que a reprodutibilidade técnica dos temas ambientais aumenta, o tema como um todo deixa de se constituir num discurso de esquerda, num discurso revolucionário ou contracultural, marginal, e passa a representar um potencial de apropriação pelos demais aparelhos sociais. Diz-se que são ideológicos, porque vinculados à linguagem e a formações discursivas, ou maquinicos, por operarem como aparelhos técnicos, porque vinculados ao autômato que independe do lingüístico – é o maquinico técnico, lógico e matemático, típico da binariedade, código-síntese de todo código maquinal. A fotografia é, assim, a porta de entrada do tema/assunto simbolicamente constituído para o mágico-maquínico, que opera a circulação das imagens, ainda que não produzam comunicação.

A partir do momento que uma imagem é produzida, representando ou informando um problema (no caso, o ambiental), ela passa a constituir a possibilidade de repetição incansável dos significantes e significados que a constituem. As imagens não são novas quanto aos símbolos, ícones ou índices que apresentam. Nem quanto aos referentes, significados e significantes. A repetição de todos esses elementos impede uma imagem completamente nova em termos de significação: as significações são as mesmas. Só em termos de sentido é que cada imagem pode ser comunicada, realmente, como algo

novo. A significação está, no mais das vezes, relacionada ao conteúdo da imagem (e dos discursos). O sentido, não. A significação está mais vinculada à relação clássica estruturalista de significado e significante. O sentido é considerado como resultado de uma interação única, que causa efeitos individualmente, mais amplos que a significação, que é fenômeno intrinsecamente lingüístico (DELEUZE, 2003). Ou seja, o sentido é, antes, uma experiência pessoal e específica.

A produção exacerbada de imagens sobre a temática da sustentabilidade mais que intermedeia as relações entre discursos políticos polêmicos: torna-os ainda mais complexos e pulverizados, aumentando as redes de significação e de sentido. Assim fragmentado, o discurso ecológico veiculado pelas imagens aponta para os paradoxos do projeto moderno que o sustenta. A fragmentação imagética submete as construções discursivas às mais diversas interpretações e [des]entendimentos, introduzindo o discurso ecológico na miscelânea paradoxal e fluida que caracteriza uma contemporaneidade pós-moderna.

Sobre a autora

Cristina Pontes Bonfiglioli, doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Fez a graduação em Ciências Biológicas pela UNESP Rio Claro e mestrado em Ensino de Ciências pela Faculdade de Educação da USP. Autora de 'Discurso ecológico e mídia impressa: análise de um acidente ambiental'. Revista Caligrama. v. 1, n.1, jan-abr/2005. [disponível em <http://www.eca.usp.br/caligrama/antecedentes.html>]. E-mail: cbonfiglioli@eca.usp.br

Referências

- ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002. p.143.
- COUTINHO, Marília. *Ecologia polissêmica*. Disponível em: www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0044.shtml. Acesso em: 01 jun. 2003.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. Rio de Janeiro: Edgard Blücher, 1973.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Vigiar e Punir**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285 - 315.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- GOLLEY, Frank B. **A history of ecosystem concept in ecology: more than the sum of the parts**. New York: Yale University Press, 1993.
- GUATTARI, Félix. *Ecologia e movimento operário*. In: **Movimento sindical e defesa do meio ambiente: o debate internacional**. Rio de Janeiro: IBASE, 2000. p. 13-22. Série Sindicalismo e Justiça Ambiental.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.** São Paulo: Annablume, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A empresa 'verde' no Brasil: mudança ou apropriação ideológica? **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.27, n.158, p. 56-59, mar. 2000.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular: introdução à fotografia.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

NASH, Roderick Frazier. **The rights of nature: a history of environmental ethics.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: Guilherme Velho, Otávio. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-28.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, Héctor Ricardo. (org.). **Ecologia e política mundial.** Rio de Janeiro, Vozes/FASE/AIRI-PUC-Rio, 1991. p. 23-50.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.